



LEGITIMAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: A MEMÓRIA EM PROL DO LOCAL, UM ESTUDO DE CASO NO PATRIMÔNIO CULTURAL DE QUIXADÁ-CE

CLAUDIO ANTONIO VIEIRA DA SILVA

RESUMO

Composto pelo caráter normativo, dos limites, das ocupações e das escolhas e, ao mesmo tempo, carregado de sentidos, significados e memórias, os estudos envolvendo o patrimônio cultural detêm várias camadas e interfaces. Dentre elas, encontramos a da legitimação e da democratização. Para exemplificar o contexto, o recorte empírico diz respeito ao patrimônio cultural de Quixadá, município cearense localizado na região política-administrativa do sertão central. A escolha foi motivada pela presença e concentração de maciços residuais, os *inselbergs*, localmente denominados de monólitos. Tratam-se de formações geológicas de granito bastante rígidas, com feições e formas distintas. Por essa natureza particular, os monólitos de Quixadá, tiveram o pedido de tombamento instaurado em 1995/1996 e o tombamento definitivo ocorreu no ano de 2004. O agrupamento de ações para legitimar, escolher e atribuir valores, juntamente com a democratização, em particular, pelas memórias são um recorte deste patrimônio cultural. Assim, o objetivo do estudo foi trazer uma breve reflexão sobre a memória e o papel da legitimação a partir das escolhas no local, tendo o recorte o patrimônio cultural de Quixadá. Para tanto, foram realizadas visitas *in loco*, registros fotográficos e pesquisa documental sobre a área de estudo. A leitura participativa e consultiva nos remeteu à democratização do patrimônio. Essa dimensão apresentada associou o patrimônio ao fator de pertencimento. Para o campo da memória, sabe-se que os estudos são diversificados e interdisciplinares. No caso observado em Quixadá as percepções e dimensões abstratas, fruto do fenômeno da pareidolia, permitem reconhecer padrões visuais de objetos conhecidos nos monólitos, a exemplo do que ocorre na Pedra da Galinha Choca. Assim, podemos refletir sobre a forma como determinados espaços tornam-se patrimônios e o modo como o patrimônio transforma determinados espaços. Sobre a memória, embora desempenhe um papel fundamental no âmbito do patrimônio, suas marcas muitas vezes não são consideradas em narrativas patrimoniais. Assim, entendemos que transformar qualquer coisa em patrimônio pressupõe escolhas.

Palavras-chave: Memória; Espaço; Monólitos de Quixadá.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do patrimônio cultural associado ao campo da geografia tem possibilitado análises pertinentes e interessantes, sobretudo por trazer dimensões da produção social do espaço. De um lado, temos o caráter normativo, envolvendo o âmbito jurídico-administrativo, relativo às restrições e limitações em formas de uso e ocupação dos espaços, da área de entorno e na definição das escalas. De outro, encontramos o caráter simbólico e cultural relativo aos usos, aos significados, às formas de apropriação e à memória. Trata-se de uma interface da legitimação e da democratização, ou seja, entre a identidade, visibilidade, a memória e o acesso.

Assim, patrimônio, memória e identidade são construções sociais e têm forte relação entre si. Essa tríade teórica conceitual foi preconizada pelo antropólogo Geertz (2013), na sua

obra intitulada *Interpretação das Culturas*. Trata-se de um sistema de representação e de significado construído coletivamente e representativo de determinados grupos sociais (RODRIGUES, 2017).

Embora os enfoques cultural e simbólico sejam vias de análise relacionadas à memória social com o campo da preservação, nem sempre são interfaces consideradas nas escolhas e tomadas de decisões. Esse papel, muitas vezes unilateral, exercido para legitimação de patrimônios por meio de um caráter normativo vincula-se à competência de uma minoria de especialistas, o que compromete muito a pluralidade do patrimônio cultural.

Para exemplificar o contexto, o recorte empírico diz respeito ao patrimônio cultural de Quixadá, município cearense localizado na região política-administrativa do sertão central do Ceará.

Em seu território, iremos encontrar uma grande concentração de maciços residuais, os *inselbergs* e localmente denominados de monólitos, que se destacam na paisagem do sertão central cearense e são verdadeiros vestígios de tempos pretéritos e de formações geológicas. Tratam-se de estruturas de rocha granítica bastante rígidas e sobre a qual parte da cidade de Quixadá ocupa e se consolidou.

Devido a natureza, a excepcional beleza e a unicidade do conjunto urbano/rural dos monólitos do município de Quixadá foi solicitado pela escritora cearense Rachel de Queiroz e instaurado o pedido de tombamento em meados da década de 1995/1996, tendo o tombamento definitivo ocorrido em 2004, após o processo de patrimonialização, estudos técnicos e definição dos limites de preservação por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição federal responsável pela preservação cultural brasileira.

Em teoria, quando ocorre a patrimonialização de algum patrimônio, pressupõe-se que isso implicará algumas ações necessárias para adaptação do objeto. Essas ações não são uniformes, variam conforme o tipo de objeto e o instrumento de preservação utilizado. Além disso, elas são requisitos necessários para o efetivo recebimento do título em questão.

Os encaminhamentos tomados têm impacto direto na realidade local, pois tencionam conflitos, especialmente vinculados à produção do espaço, em virtude das escolhas e dos valores atribuídos em detrimento de outros elementos culturais igualmente presentes, porém não considerados durante o percurso da patrimonialização, como nas memórias

Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi trazer uma breve reflexão sobre a memória e o papel da legitimação a partir das escolhas no local, tendo o recorte do patrimônio cultural de Quixadá. Salientando que a discussão apresentada neste resumo é um desdobramento sucinto de uma análise e pesquisa bem mais ampla em correspondência a tese de doutorado (SILVA, 2024).

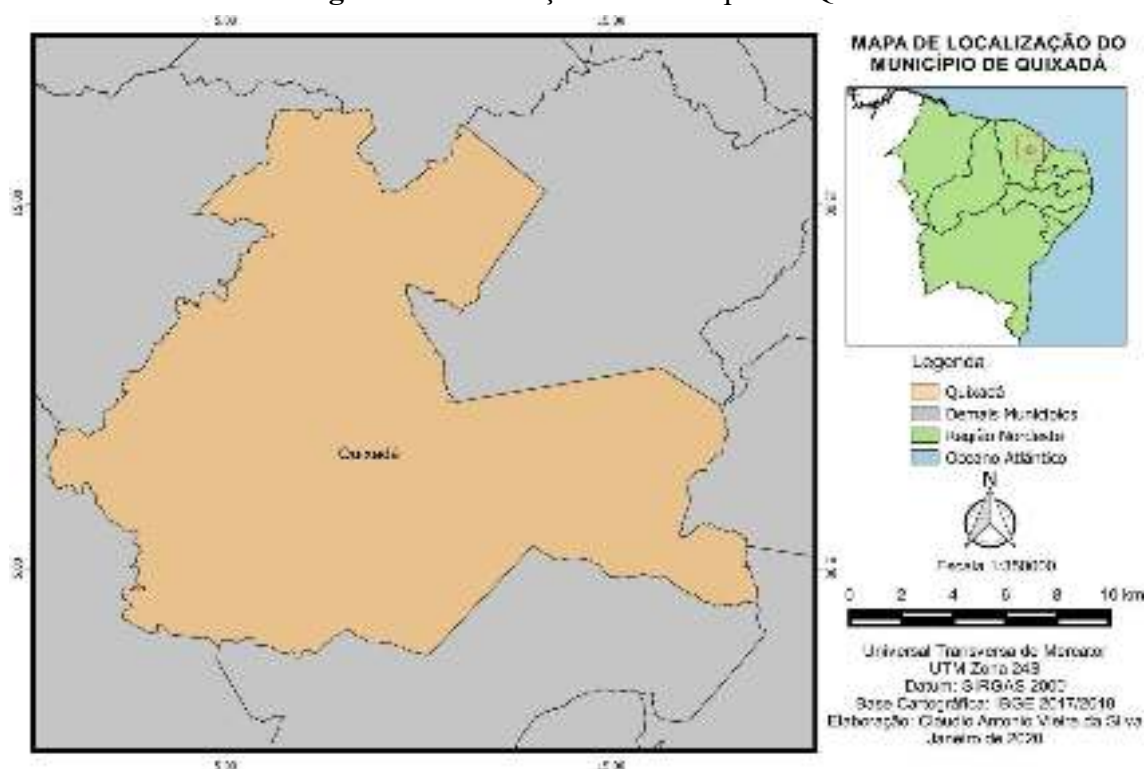
2 RELATO DE CASO

A partir de uma arqueologia teórica e conceitual preliminar sobre a memória e o patrimônio cultural, foi possível elencar pontos-chave para o recorte pretendido, que diz respeito à ideia de legitimação e democratização do patrimônio no local.

Em paralelo, foram realizadas visitas *in loco* enquanto estratégia metodológica de aproximação com o estudo de caso, registros fotográficos para corroborar elementos e aspectos levantados em campo, e pesquisa documental sobre a área de estudo em Quixadá (Figura 1).

As leituras apresentadas traduzem, em partes, o objetivo pretendido, ressaltando que o aprofundamento teórico e empírico encontra-se no trabalho completo traz mais elementos para discussão.

Figura 1. Localização do município de Quixadá.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

3 DISCUSSÃO

A leitura participativa e consultiva nos remete à democratização do patrimônio. Essa ideia foi apresentada, preliminarmente, por Fonseca (1997), ao afirmar que não cabe unicamente ao Estado, representado pelas instituições preservacionistas, ser o único ator responsável pela tomada de decisão sobre a preservação do patrimônio cultural de um determinado local.

A ideia de democratização do patrimônio implica qualquer que seja a perspectiva, no fato de que o Estado não deve o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade. (FONSECA, 1997, p. 74)

A gestão da preservação patrimonial deve ser compartilhada entre as partes envolvidas. A legitimidade de transformar algo em patrimônio é um aspecto social relacionado diretamente à apropriação cultural e simbólica da população, pois é local das memórias, das vivências e do cotidiano. Ao Estado, portanto, cabe o papel de identificar e promover a interlocução e o posicionamento das partes envolvidas, o que nem sempre ocorre.

Oportuno lembrar que é a dimensão local que revela os verdadeiros detentores do patrimônio, os sujeitos do local. Se, por meio do local, os sujeitos do patrimônio aparecem, não faz muito sentido impor limites em formas de usos e ocupações no espaço social. Isso mostra, na verdade, que o patrimônio é uma prática espacial que, ao mesmo tempo, transforma o local onde se encontra como também é transformado por meio da dinâmica das relações e práticas sociais.

Contraditoriamente, o espaço concebido na preservação é abstrato e distante em detrimento das memórias. Isso ocorre por conta das ações, escolhas e valores atribuídos pelas instituições que, por vezes, é feito unilateralmente e sem a participação social.

Apesar disso, as realidades locais desempenham um papel fundamental na própria existência, resistência e visibilidade dos grupos sociais. Segundo Meneses (2012), preservar o

sentido social das coisas é uma forma de reivindicação presente nos patrimônios. Especialmente, porque provêm dos grupos os atributos e valores representativos que permeiam o cotidiano, as memórias e as práticas do local. Os sujeitos são, portanto, “donos” do local, das memórias, das práticas sociais e do patrimônio (Figura 2).

Figura 2. Recorte observado da cidade de Quixadá



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2020).

Essa dimensão apresentada associa o patrimônio ao fator de pertencimento. Os bens patrimoniais são, portanto, produtos desse sentimento. Essa sensação de pertencimento a algo se insere no contexto da memória, que nasce no desenrolar da história de sujeitos e grupos em um progressivo sentimento de identificação.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Para o campo da memória, sabe-se que os estudos são diversificados e interdisciplinares. Muitos abordam oralidade e análise de discurso (ACHARD, 1999), especialmente aqueles vinculados às Ciências Sociais, à Antropologia e a Psicologia.

Embora seja interessante, não cabe aqui tratar do debate metodológico sobre o oral e o escrito, por isso deixo essa articulação a cargo dos antropólogos e cientistas sociais. Contudo, posso pontuar que tanto a oralidade quanto o escrito são dois domínios pertencentes ao campo cultural e que, por meio deles, as sociedades constroem e reproduzem a sua memória coletiva. Sendo assim, é importante considerar as suas interfaces, especialmente quando se faz referência ao campo do patrimônio cultural.

Nesse contexto, a memória trata de uma construção mental abstrata e fluida que pode ser individualizada ou não. Há memórias individuais e, se quisermos, há as memórias coletivas (HALBWACHS, 2013). No local, a memória representa a vida social (DURKHEIM, 1922), isto é, as práticas, as vivências e o cotidiano no espaço vivido. Atua na forma de imagens e lembranças e representa todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana e seus desdobramentos (BERGSON, 1999).

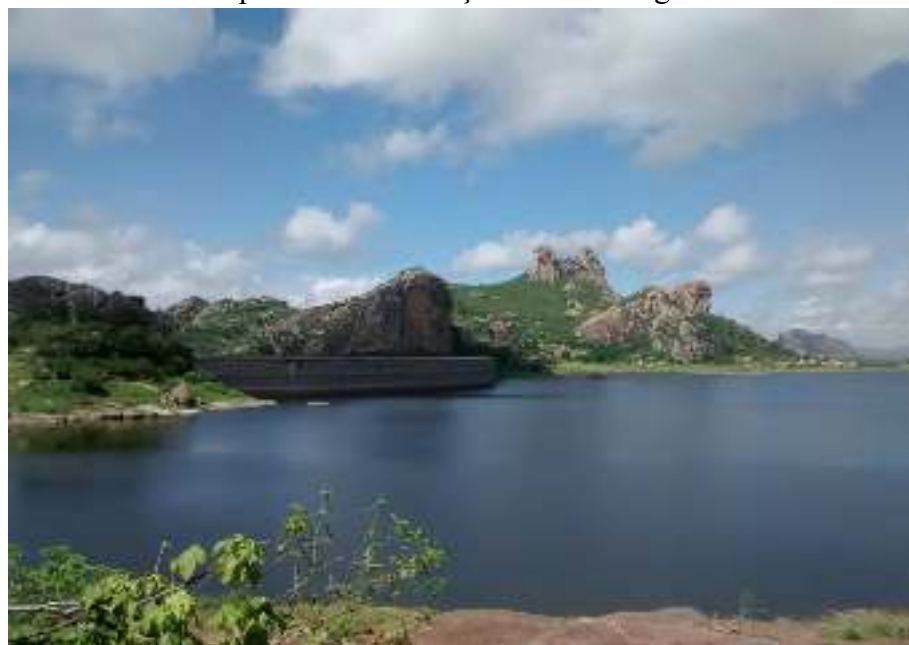
No caso observado na área de estudo, em Quixadá, as percepções e dimensões abstratas, fruto do fenômeno da pareidolia permite reconhecer padrões visuais de objetos conhecidos nos monólitos, a exemplo do que ocorre na Pedra da Galinha Choca (Figuras 3 e 4).

Figura 3. Pedra da Galinha Choca e açude do Cedro



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2020).

Figura 4. Ponto de vista e enquadramento do açude e da barragem do Cedro



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2020).

Por meio da memória, é possível identificar e acessar registros e pontos de vistas (BOSI, 1994), o que a torna um potencial recurso de reconhecimento, representatividade e visibilidade. Nesse caso, a memória pode ser notada ao elencar o grupo de monólitos, dentro de um conjunto mais amplo, no qual alguns têm o poder simbólico de conduzir a identidade

do local, normalmente, por meio da etimologia que traz sentido e reconhecimento.

Notamos, portanto, que a memória é incorporada ao espaço por meio de referências, histórias, acontecimentos, pessoas que se vinculam com a dimensão espacial e nela manifestam suas marcas. Bosi (1994) nos lembra de que uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência. Já Candau (2016) acrescenta que uma memória não é território de um só lugar, mas uma memória ligada em uma sucessão de usos e ocupações. Nesse sentido, a memória não é fato isolado, mas o processo e o desenrolar das ações entre o dinamismo nas relações e práticas socioespaciais no local.

4 CONCLUSÃO

Pelo contexto apresentado, podemos refletir sobre a forma como determinados espaços tornam-se patrimônios e o modo como o patrimônio transforma determinados espaços. Esse raciocínio é significativo, sobretudo, ao buscar revelar eventuais conflitos no espaço social e ao legitimar, por meio do desenho da preservação, discursos produzidos no campo do patrimônio, que conduzem ao esquecimento e à invisibilidade de sujeitos, práticas e de memórias.

Sobre a memória, embora desempenhe um papel fundamental no âmbito do patrimônio, suas marcas muitas vezes não são consideradas em narrativas patrimoniais. Esse cenário não ocorre apenas em situações em que as identidades locais são menos representativas. Na verdade, as intencionalidades políticas e institucionais desempenham o papel de definir as escolhas e as valorações.

Com isso, os efeitos recaem sobre o local, que se torna uma arena de enfrentamentos e contradições dentro do espaço, que é fragmentado. Assim, entendemos que transformar qualquer coisa em patrimônio pressupõe escolhas. O mecanismo da escolha funciona como chave política e de supressão social, pois é uma ação intencional, composta por um sistema de objetos transformados em patrimônios.

A pedra do Cruzeiro, em Quixadá, é um excelente exemplo que destoa do cenário supracitado, visto que é um dos monólitos mais representativos da identidade local, talvez ficando atrás somente da Pedra da Galinha Choca, e mesmo assim não integra nenhum conjunto de preservação, estando totalmente desprotegida. Embora as razões disso sejam detalhadas posteriormente, é possível adiantar que a Pedra do Cruzeiro foi excluída dos processos de patrimonialização porque não consideraram a sua identidade, a sua representatividade e o sentimento de pertencimento da memória local sobre ela.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre *et al.* (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

DURKHEIM, Émile. **Éducation et Sociologie**. Paris: PUF, 1922.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Iphan, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Brasília, v. 1, p. 25-39, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, Macapá, v. 7, n. 4, 2º semestre, p. 337-361, 2017. Disponível em: 10.18468/letras.2017v7n4.p337-361. Acesso em: 3 jan. 2024.

SILVA, Claudio Antonio Vieira da. **Entre o espaço vivido e o espaço concebido**: o desenho da preservação na raiz das tensões no açude e barragem do Cedro e nos monólitos de Quixadá, Ceará. 2024. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. doi:10.11606/T.8.2024.tde-28082024-175855. Acesso em: 2025-01-07.